

# **ELEMENTOS TEORICOS E EMPIRICOS PARA COMPREENSÃO DO ATUAL PADRÃO DE ACUMULAÇÃO BRASILEIRO E SUAS REPERCUSSÕES REGIONAIS EM PERÍODO RECENTE (1996-2016)**

**José Raimundo Trindade (professor PPGE/UFPA)**

**Adejard Gaia Cruz (Economista do Governo do Estado do Pará)**

## **RESUMO**

As mudanças da economia brasileira e suas repercussões regionais somente encontram sentido explicativo numa visão integrada histórica e estruturalmente de sua trajetória, vis-à-vis ao relacionamento com a economia capitalista mundial. Este artigo trata das alterações estruturais nas economias subnacionais brasileiras. A categoria que organiza este trabalho é a de Padrão de Reprodução do Capital. O objetivo fundamental é apresentar evidências teóricas e empíricas da emergência de padrão primário exportador de especialização produtiva a partir das economias subnacionais. Para essa incumbência, a escolha da abordagem recaiu sobre dois indicadores de análise regional: o Coeficiente de Especialização (CE) e o Quociente de Localização (QL), com o período de análise para os anos de 1996 a 2016. O trabalho atesta as novas disposições produtivas macroestruturais das economias subnacionais e a emergência de uma Padrão Primário Exportador de Especialização Produtiva.

Palavras-chaves: Padrão Primário Exportador; Subeconomias Regionais; Estruturalismo; Dependência.

## **ABSTRACT**

The changes that characterize the recent period of the Brazilian economy and its regional repercussions can only find explanatory meaning within a broad and integrated view of the historical and structural process of its economic and social trajectory, vis-à-vis the relationship with the world capitalist economy. The present work develops an interpretation of the dynamics of structural changes in Brazilian subnational economies. The fundamental objective is to present empirical evidence theoretically supported by the emergence of a primary export pattern of productive specialization. For this task, the choice of the approach fell on two regional analysis indicators: the Specialization Coefficient (CE) and the Localization Quotient (QL). The analysis period was established for the years 1996 to 2016. The work is organized in such a way that it introduces the discussion of structural changes in regional production patterns and empirically addresses relevant aspects of these changes, attesting to the conditions for changing the reproductive pattern in the context of subnational economies.

Keywords: Primary Export Standard; Regional Sub-economies; Structuralism; Dependency.

## 1. INTRODUÇÃO

As mudanças que caracterizam o período recente da economia brasileira e suas repercussões regionais somente podem encontrar sentido explicativo dentro de uma visão integrada histórica e estruturalmente, vis-à-vis ao relacionamento com a economia capitalista mundial. Essa visão remete às formulações teórico-conceituais de uma matriz de pensamento que estabelece o problema do desenvolvimento a partir da ótica de um sistema mundial interligado e em constante transformação. Essa perspectiva analítica se baseia em alguns dos principais economistas clássicos latino-americanos, estando particularmente presente nas formulações teóricas estruturalistas e nos aportes da teoria da dependência marxista. Com base no resgate dessa tradição analítica, o presente trabalho desenvolve interpretação para a compreensão das mudanças estruturais nas economias subnacionais brasileiras.

A categoria que organiza este trabalho é o de padrão de reprodução do capital que, com menor rigor, costuma ser tratado simplesmente pelo termo padrão reprodutivo ou regime de acumulação<sup>1</sup>. Um determinado padrão reprodutivo corresponde certa matriz ou estrutura produtiva (diversificada, semidiversificada, especializada etc.), à qual se vinculam o padrão de renda da população, o nível de produtividade e emprego, bem como os demais atributos que contribuem para a conformação de uma dinâmica específica de reprodução do capital. Ao considerarmos como a trajetória da economia brasileira historicamente moldou a dinâmica industrial nacional e regional, indaga-se como as alterações nessa trajetória afetam as condições de desenvolvimento regional. Examinar, a partir de fatores determinantes internos e externos, como os ajustes na economia brasileira, ao longo do tempo, direcionaram as estruturas econômicas subnacionais, imprimindo em seus territórios padrões de acumulação primário-exportadora.

Vale notar que se por um lado às regiões de maior complexidade em sua economia estão sendo abaladas por um processo de desindustrialização, reduzindo o peso dos produtos manufaturados na composição do PIB, as regiões de menor grau de industrialização estão sendo impactadas por outra dinâmica que reorganiza a produção de forma mais intensa em produtos primários (soja, minérios, carnes bovinas etc.) e/ou industriais semielaborados, cujas consequências reais são amplas e duradouras, mas certamente estão alterando a estrutura produtiva regional.

---

<sup>1</sup> A interpretação categorial de padrão de reprodução do capital (PRC) integra metodologicamente elementos que fazem a mediação entre categorias como modo de produção e formações econômico-sociais, compreendendo uma construção que integra ao mesmo tempo dinâmicas salariais, espaciais, tecnológicas, mercantis e creditícias do capital.

Assume-se como premissa que no quadro de um processo de mudança estrutural, decorrente do redirecionamento da economia nacional, há uma crescente interação entre o fenômeno de especialização regressiva das economias regionais e o marcante processo de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira. O objetivo fundamental do trabalho é apresentar evidências empíricas apoiadas teoricamente da emergência de padrão primário exportador de especialização produtiva. O intuito foi definir, ainda que sujeito a imprecisões, diferentes padrões e as respectivas estruturas produtivas regionais, presentes nas diferentes unidades subnacionais do país. Para essa incumbência, a escolha da abordagem recaiu sobre dois indicadores de análise regional: o Coeficiente de Especialização (CE)<sup>2</sup> e o Quociente de Localização (QL)<sup>3</sup>. Vale observar que esses indicadores são aqui tratados enquanto suporte empírico e analítico, estabelecendo apoio estatístico descritivo para o trabalho desenvolvido. Assim sendo, foram explorados indicadores e variáveis explicativas do grau de mudança estrutural, bem como concernentes às características estruturais nas quais se apoia o desempenho econômico dos setores industriais.

O período de análise foi estabelecido para os anos de 1996 a 2016, concernente aos dados da PIA-Empresa e de forma complementar, sendo estendido até o ano de 1985 para informações sobre emprego (base de dados da RAIS<sup>4</sup>), porém com menor nível de desagregação e, restringido ao intervalo de 2002 a 2016 com relação ao PIB, face aos sucessivos ajustes metodológicos em sua mensuração. Além disso, também foram utilizadas estatísticas de comércio exterior para o período de 1997 a 2016. Do ponto de vista espacial, partimos da construção de uma tipologia da estrutura industrial presente nos diferentes estados e regiões do país, com base nos resultados dos indicadores de análise regional, sendo a variável utilizada o Valor da Transformação Industrial (VTI), assumido como proxy do valor adicionado da

---

2 O Coeficiente de Especialização (CE<sub>i</sub>) é uma medida relativa e sintética de especialização (diversificação) de uma unidade territorial, que compara a distribuição setorial da variável na unidade territorial *i* (neste caso os estados) com a distribuição setorial da variável no espaço de referência, que neste caso é o Brasil. O cálculo do coeficiente de especialização é dado pela equação abaixo:

$$CE_i = \frac{1}{2} \sum_{k=1}^K \left| \frac{x_{ik}}{x_i} - \frac{x_k}{x} \right|$$

3 O Quociente de Localização (QL<sub>ik</sub>) avalia em que medida a unidade territorial *X* é especializada em uma das *K* categorias de atividades analisadas, relativamente ao espaço de referência (Brasil), comparando a importância relativa da categoria (ou classe) *K* na unidade territorial *i* (estados) com a que a mesma classe detém no espaço de referência. O quociente de localização é definido pela fórmula seguinte:

$$QL_{ik} = \frac{\frac{x_{ik}}{x_i}}{\frac{x_k}{x}}$$

4 O Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) era disponibilizada pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e desde 2019 pelo Ministério da Economia.

indústria, disponível na base da PIA-Empresa, classificado em 17 setores da atividade econômica da indústria geral (extrativa e de transformação), abrangendo o período de 1996 a 2016.

Para determinar e avaliar o padrão reprodutivo regional utiliza-se o Coeficiente de Especialização (CE) que mede o grau de especialização (ou diversificação) de uma determinada economia e cujo limite mínimo e máximo de variação situa-se entre 0 e 1. Um valor igual a 0 (zero) ou próximo deste, indica que a unidade territorial (neste caso o estado) possui composição setorial idêntica à do espaço de referência (neste caso o Brasil) e conseqüentemente que não há especialização reativa daquela unidade territorial, sendo por isso diversificada. No extremo oposto, quando o valor do coeficiente for igual a 1 (ou quanto mais próximo de 1), indicará que a unidade territorial possui um perfil estrutural especializado, vinculado a um determinado setor, quando comparado relativamente à estrutura do espaço de referência.

Para se observar a heterogeneidade das estruturas produtivas regionais os valores do CE foram agrupados por quartis permitindo, a partir dos conjuntos formados, derivar uma tipologia para os diferentes padrões produtivos das estruturas industriais, que foram classificados em: Alta Diversificação (Q1), Média-Baixa Diversificação (Q2), Média-Alta Especialização (Q3) e Alta Especialização (Q4).<sup>5</sup>

O artigo está organizado em três seções incluindo esta introdução. A seção seguinte introduz a discussão das alterações estruturais dos padrões regionais de produção, inserido no debate mais amplo do padrão de acumulação nacional, finalizando com elementos interpretativos referentes ao atual padrão de reprodução da economia brasileira. A terceira seção aborda empiricamente aspectos relevantes das mudanças estruturais e atestando as condições do padrão reprodutivo no contexto das economias subnacionais, a partir de duas óticas de análise: uma espacial e outra setorial, por fim, apresentam-se as considerações finais.

## **2. MUDANÇA ESTRUTURAL E PADRÃO REPRODUTIVO REGIONAL**

O desenvolvimento capitalista envolve elevado grau de alterações permanentes nos componentes estruturais da economia. Na ótica regional, esse problema tende ganhar maior amplitude, na medida em que presume o envolvimento de articulações e relações com diferentes

---

<sup>5</sup> A classificação dos padrões refere-se aos seguintes atributos: “Alta Diversificação” - estrutura industrial densa e com ampla participação de emprego em todos os setores da atividade econômica; “Média-Baixa Diversificação” - estrutura industrial relativamente densa porém com pouca participação de emprego nos setores da atividade econômica; “Média-Alta Especialização” - estrutura industrial com participação de emprego preponderante em um ou dois setores da atividade econômica; “Alta Especialização” - estrutura industrial muito precária e restrita, indicando não apenas uma importância muito baixa ou mesmo nula de empregos em alguns setores, como também a alta concentração de empregos em uma ou duas atividades econômicas.

espaços nacionais e com a economia externa do país. Na medida em que as regiões refletem processos de acumulação específicos, tais espaços tendem a conformar determinados padrões produtivos vinculados aos determinantes dos mercados (interno e externo). Como anotado classicamente por Hirschman (1961), as regiões possuem especificidades, notadamente de ordem política e econômica, que as diferenciam das economias nacionais, exigindo interpretações próprias dos seus arranjos institucionais. Por outro, as relações e as características essenciais que diferenciam determinado espaço econômico em relação a outro, não podem ser compreendidas e analisadas separadamente do contexto nacional e internacional.

Intuitivamente, a ideia corrente de padrão produtivo remete ao grau de diferenciação e sofisticação da estrutura de produção de uma economia – no que se refere à difusão tecnológica, composição e articulação setorial, nível de renda e de produtividade, forma de organização da produção etc. – sendo condicionado, entre outros determinantes, por políticas econômicas e estratégias de desenvolvimento que induzem e orientam sua dinâmica.

## **2.1. Diversidade dos Padrões de reprodução do capital**

Como referido por Furtado (1983), a expansão do capital em direção à periferia suscitou duas ordens de problemas para as pretensões de crescimento dessas economias: a orientação do processo de acumulação e a forma de apropriação dos resultados do crescimento econômico. Essas dificuldades permanecem até hoje nos países periféricos com maior ou menor ímpeto a depender das posições econômicas assumidas para superá-las. Sem o domínio integral sobre essas duas dimensões cumulativas, ficam comprometidas as possibilidades de modificação da estrutura econômica e do próprio desenvolvimento, uma vez que as exigências de investimentos estão voltadas para interesses econômicos que induzem certos padrões produtivos que tendem a reforçar as heterogeneidades nacionais, regionais, setoriais, que por sua vez, alimentam a dependência e as desigualdades sociais. Queremos dizer com isso que a noção de padrão de especialização e de diversificação oculta processos históricos: dinâmicas particulares de reprodução do capital e sua forma específica de articulação com estruturas produtivas nos diferentes espaços econômicos.

A premissa de que as singularidades das estruturas econômicas, decorrentes do caráter reprodutivo do capital, definem a trajetória de crescimento e as possibilidades de desenvolvimento, embasa uma literatura mais crítica sobre o problema do desenvolvimento na periferia capitalista. Diversas interpretações teóricas vinculadas ao método histórico-estrutural e a abordagem da dependência (FURTADO, 1998; 2000a; TAVARES, 1971; PINTO, 1970;

BAMBIRRA, 2013; OSÓRIO, 2012a; 2012b) utilizam essa conexão, baseando suas análises em categorias como padrões, estilos ou modelos de desenvolvimento. No tocante à economia brasileira, Almeida Filho e Araújo (2015) aplicam a noção de padrão de reprodução do capital a trajetória da economia brasileira nas últimas décadas. Esses trabalhos vão na direção do problema que se pretende demonstrar neste artigo, o que nos motiva a aplicar esta categoria ao caso concreto da economia regional e subnacional.

Ao assumirmos o sistema econômico como um todo estruturado, temos que considerar que as regiões são partes efetivamente estruturadas desse todo sistêmico, possuindo propriedades intrínsecas de natureza constitutiva (PRADO, 2009). Assim como a situação interna de cada país é parte integrante do sistema econômico global, que tende a produzir relações desiguais e combinadas, desenvolvendo certas estruturas em detrimento de outras (DOS SANTOS, 2011). Logo, a região como subsistema, assegura a constituição de um arranjo de relações e alocações fatoriais, isto é, uma estrutura de produção que está na base de um padrão reprodutivo do capital nacional.

## **2.2. Elementos regionais do padrão de reprodução do capital**

A categoria padrão de reprodução do capital situa o capital como princípio organizador de diferentes padrões reprodutivos, isto é, enquanto elemento de unificação, considerando seu movimento cíclico e formas específicas de manifestação que assume em cada momento. Esse entendimento deriva das necessidades particulares que o processo de acumulação exige, onde “cada padrão de reprodução do capital apresenta especificidades quanto ao uso que faz do espaço geográfico” (OSÓRIO, 2012a, p. 73). Podemos perceber que essa noção está de certa forma presente em Furtado (2000a) ainda que implicitamente, na leitura que faz do desenvolvimento nas condições de dependência. Segundo aquele autor, o quadro evolutivo do sistema econômico internacional, formado a partir da expansão do capitalismo industrial, conduziu a situação de dependência estrutural, na qual os países centrais passaram a condicionar (via domínio tecnológico e efeito demonstração) a estruturação do aparelho produtivo dos países periféricos.

Furtado (2000a, p. 261) estabeleceu três formas distintas de caracterização das economias dependentes: a) subsistemas dependentes estruturados a partir do sistema clássico de divisão internacional do trabalho (vantagens comparativas); b) subsistemas dependentes organizados na fase de industrialização substitutiva de importações e; c) subsistemas dependentes formados com a instalação do parque industrial, cujo fator dinamizar passa a ser a

difusão de novas formas de consumo. Os traços característicos que estes três tipos de transformação têm em comum é o fato de “constituírem processos adaptativos diante da evolução estrutural dos centros dominantes. Trata-se, portanto, de uma evolução do próprio processo de dependência”.

Vale notar que as transformações econômicas do final do século XX colocaram em xeque o projeto de industrialização dos países latino-americanos, dando início a um novo padrão de reprodução do capital, apresentando traços distintivos em relação ao padrão anterior, uma vez que surge em um cenário condicionado por profundas e rápidas mudanças tecnológicas. Da mesma forma, foi em decorrência das alterações estruturais que aquele dinamismo econômico que prevaleceu na economia brasileira entre os anos 1930 e 1970, e que passou a ser determinado, a partir dos anos 1980, pelas novas determinações da economia mundo capitalista e da forma passiva como a economia periférica brasileira se ajustou.

Como resultado, o novo padrão de reprodução ensejou “o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo em alguns casos uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias de maior complexidade, como Brasil e México, porém integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador” (OSÓRIO, 2012b, p. 106). Essa mudança no padrão de reprodução tem sido caracterizada também por uma forte regressão nas estruturas econômicas dos principais países da América Latina, particularmente no caso das economias com maior grau de industrialização e inserção externa como o Brasil<sup>6</sup>.

No caso brasileiro, o confronto das regiões Sudeste e Sul com as demais regiões evidencia uma disparidade estrutural histórica entre padrões produtivos (em geral de especialização ou de diversificação), organizados em torno da concentração industrial, do nível de renda e da difusão da tecnológica, cuja diferença está na origem da questão das desigualdades regionais e da condição periférica do país (FURTADO, 1998; 2000a; PACHECO, 1998; CANO, 2007). E essa heterogeneidade estrutural esteve quase sempre associada à coexistência de determinados setores modernos com outros atrasados, cuja dinâmica de acumulação situa o processo de desenvolvimento dependente (FURTADO, 2000a).

Nesse sentido, para Osório (2012b, p. 11), a especialização produtiva<sup>7</sup> constitui um traço distintivo do novo padrão exportador na medida em que este “tende a se apoiar em alguns eixos,

---

<sup>6</sup> Para uma análise detida deste processo conferir, entre outros: Carneiro, 2002; 2008; Mollo e Amado, 2010; Martins, 2011; Gonçalves, 2013.

<sup>7</sup> Segundo Osório (2012b, p. 113), “a qualificação do novo padrão como exportador de especialização produtiva permite diferenciá-lo do padrão agromineiro exportador que a região conheceu no século XIX e no início do século XX porque os novos bens de exportação exigem, em muitos casos, algum grau de elaboração que ele não requeria nem conheceu; e também porque integra a maquila e a produção de partes industriais diversas”.

sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou maquila) ou serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional”. Assim, a América Latina “permanece um grande abastecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial”, uma vez que “é notório o peso, entre os principais bens de exportação, dos produtos com vantagens naturais, como petróleo, minérios e bens agrícolas, aos quais se agregam bens provenientes das atividades de montagem [operações típicas da indústria de maquila] da produção de automóveis e eletrônicos, todas com uma débil incorporação tecnológica” (OSÓRIO, 2012b, p. 112-113).

As implicações econômicas e sociais que a emergência do novo padrão exportador traz para o contexto nacional, subnacional e local, particularmente no tocante às condições impostas ao trabalho e à vida da população (perda de poder aquisitivo dos assalariados, precarização das condições de trabalho, dependência etc.) são muitas e relevantes. Se por um lado, o novo padrão exportador tende a se afastar e se desligar das necessidades da maioria da população, por outro, tem entre seus mecanismos de apoio a progressiva redução nos custos da produção, incluindo entre esses, a deterioração dos salários locais e o reforço às condições de superexploração da força de trabalho.

Como corolário, a noção de padrão de reprodução sugere que o problema das desigualdades não deve se resumir a níveis diferentes de desenvolvimento, uma vez que “o assunto de fundo são as dinâmicas distintas de reprodução do capital, que em sua relação propiciam economias que incorporam a população assalariada de maneira substantiva ao consumo e economias que tendem de maneira estrutural, a expulsá-las do consumo” (OSÓRIO, 2012b, p. 129). Como salienta o próprio Osório (2012b, p. 133) “o peso e a extensão desses padrões exportadores na história regional talvez nos obriguem a observar de outra forma as tendências de operação do capital e do capitalismo nessa parte do mundo”. Tendência que “fundamenta-se na exploração redobrada e gera estruturas produtivas divorciadas das necessidades da população trabalhadora [grifo do autor], estabelecendo claras limitações para integrar; de maneira orgânica e com perspectivas de desenvolvimento, as novas tecnologias em um mundo que se revoluciona”.

A lógica organizativa do padrão de reprodução gera certos elementos distintivos que orientam a estrutura econômica e a trajetória de crescimento regional/subnacional. A tarefa envolve determinar tais aspectos e qualificar o padrão produtivo regional, sua persistência e renovação a partir de novos produtos e novas condições de produção, enquanto processo



histórico, bem como as implicações que essa dinâmica gera para as possibilidades de desenvolvimento da economia regional.

### **2.3 A organização do atual padrão de reprodução da economia brasileira**

A trajetória da economia brasileira e os diferentes padrões de reprodução que se desenvolveram nesse processo, só podem ser compreendidos dentro do quadro evolutivo do sistema mundial capitalista, cuja lógica de acumulação estabelece condições que conduzem ao desenvolvimento de certas economias e, simultaneamente, ao subdesenvolvimento de outras. Assim, a reestruturação da indústria, o ajuste econômico aos novos ditames da economia mundial, promovido fundamentalmente nas duas últimas décadas do século passado, indica uma reorientação da estrutura econômica brasileira para outro padrão reprodutivo, diferente daquele que prevaleceu até o final dos anos 1970, o qual buscava conjugar industrialização, mudança estrutural e crescimento econômico.

Dentre as distintas visões teóricas que analisam o fenômeno da mudança estrutural na economia brasileira (comumente tratada como desindustrialização), a versão de teóricos da Teoria da Dependência e Estruturalistas<sup>8</sup> é a que oferece suporte para relacionar a mudança estrutural da economia nacional com a emergência de um novo padrão reprodutivo com características específicas resultante de políticas neoliberais desde os anos 1990. Identificam o fenômeno da desindustrialização (mudança estrutural) como um processo de reversão de tendência na economia nacional, não apenas no que diz respeito à formação de uma estrutura produtiva mais dinâmica, mas também quanto a forma de inserção da economia brasileira no sistema mundial de comércio.

No caso brasileiro, se trata de uma inserção regressiva que poderia eventualmente ser avaliada por dois aspectos: i) reflete a perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos primários exportados (agrícolas e minerais) e; ii) expressa a mudança na estrutura das exportações com maior participação relativa dos produtos primários (agrícolas e minerais) e, conseqüentemente, menor participação dos produtos manufaturados. Essa regressão (reprimarização produtiva) pode ser igualmente compreendida como “um processo complexo que implica na reorientação dos recursos de uma economia para atividades de menor conteúdo de valor agregado, geralmente atividades primário-extrativas, assim como também maquilas” (BOLINAGA; SLIPAK, 2015, p. 36), cujas conseqüências

---

<sup>8</sup> Entre outros: Coutinho, 1997; Carneiro, 2002; Delgado, 2010; Gonçalves, 2013; Martins, 2011; Filgueiras, 2013.

impactantes, limitam as possibilidades de transformações das estruturas produtivas, o que poderia conduzir as economias menos desenvolvidas a um maior dinamismo econômico.

O sentido que assume a mudança estrutural na economia brasileira passa a ser consistente com uma especialização regressiva, uma vez que tende a deslocar o dinamismo da economia de setores/atividades/produtos manufaturados, relativamente mais intensivos em tecnologia, para setores/atividades/produtos primários ou semielaborados, em geral, intensivos em recursos naturais e, portanto, com menor conteúdo tecnológico (COUTINHO, 1997; CARNEIRO, 2002; 2017). Uma estrutura produtiva baseada nesse perfil possui menor capacidade de gerar encadeamentos produtivos e tecnológicos, ocasionando maior vulnerabilidade externa e uma redução generalizada da densidade industrial, absorvendo menos empregos e induzindo ao rebaixamento no nível de renda da economia.

Diante de um quadro de alteração radical da economia capitalista mundial a partir do final dos anos 1970 e sob novos avanços tecnológicos (sem desprezar outros eventos), a busca de condições para readequar o processo de valorização do capital, estabeleceu condicionantes que, no contexto dos países periféricos como Brasil, conduziu à conformação de um novo padrão de reprodução do capital, acertadamente qualificado por Osório (2012a, p. 85) como “padrão exportador de especialização produtiva”, o qual tem como uma de suas características o “regresso a produções seletivas” que se apoia em determinados eixos produtivos, tais como agrícolas (soja principalmente), extração e processamento de minerais (petróleo, minério de ferro etc.) e indústrias de montagem (maquila).

No plano interno regional, a transição para um padrão reprodutivo primário exportador poderia agravar os níveis convergentes de desigualdade na esfera social e na estrutura produtiva das diferentes economias. Isto porque, sendo desigual o processo de desenvolvimento nacional, orientado pelo capital, temos que presumir que nos diferentes espaços subnacionais os padrões reprodutivos também assumem determinadas configurações e finalidades. Considerando-se que as estratégias de desenvolvimento e as políticas econômicas historicamente moldaram a estrutura econômica nacional e regional, temos que indagar como a mudança na trajetória da economia brasileira afeta as condições de desenvolvimento regional subnacional. Essa é uma questão que deve ser mais bem investigada e não apenas pontuada em seus aspectos gerais, o que se busca fazer na seção seguinte deste artigo.

### 3 PADRÕES DAS ECONOMIAS SUBNACIONAIS BRASILEIRAS

Para abordar empiricamente aspectos relevantes da mudança estrutural e atestar as condições do padrão reprodutivo no contexto das economias subnacionais, decidiu-se por duas óticas de análise: uma espacial e outra setorial, como já expostas no item introdutório desta análise. Como primeira aproximação ao problema colocado, pela ótica espacial, o intuito foi determinar, ainda que sujeito a algumas imprecisões, os diferentes padrões e as respectivas estruturas produtivas regionais, presentes nas diferentes unidades subnacionais do país. Para essa incumbência, a escolha da abordagem recaiu sobre dois indicadores de análise regional, a saber: o Coeficiente de Especialização (CE) e o Quociente de Localização (QL)<sup>9</sup>.

Na ótica setorial, procura-se dimensionar os efeitos das mudanças estruturais sobre a estrutura industrial das unidades subnacionais, impulsionadas pelas novas exigências de articulação externa das suas economias. Assim sendo, foram explorados indicadores e variáveis explicativas do grau de mudança estrutural (CARNEIRO, 2008; UNIDO, 1997), bem como concernentes às características estruturais (MIDELFART-KNARVIK et al., 2000) nas quais se apoia o desempenho econômico dos setores industriais.

Na Tabela 3 são listados os resultados do CE para os 27 estados brasileiros, com indicação da estrutura produtiva e da importância setorial do emprego na indústria para o ano de 1996. Com exceção da ausência do estado do Espírito Santo e da presença de Pernambuco, o 1o quartil abrange todas as unidades da região Sul e Sudeste, cuja estrutura produtiva industrial exibiu para aquele ano um padrão elevado de diversificação. Nesse grupo, os valores do CE<sub>i</sub> se situaram entre 0,136, em São Paulo, e 0,341, no Rio de Janeiro, e como já era esperado, a estrutura industrial de São Paulo apresentou maior densidade de empregos sendo que nesse ano detinha 42,00% dos postos de trabalho formais da indústria, equivalente à soma do percentual de empregos das demais unidades federativas do 1o quartil.

O que credencia a presença de Pernambuco entre as estruturas industriais com alta diversidade é a distribuição relativamente homogênea de empregos entre os diferentes setores industriais, destacando-se os ramos de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, setor têxtil e indústria química. Contribuiu ainda para esse perfil a forte presença nesse estado da indústria sucroalcooleira (açúcar e álcool) que tem grande relevância para a indústria de alimentos e bebidas. No caso do Espírito Santo, o problema está na fragilidade de alguns setores industriais

---

<sup>9</sup> Sobre o tratamento metodológico desses indicadores conferir, entre outros: Isard, 1960; Haddad, 1989; Krugman, 1991; Delgado; Godinho, 2011; Monastério, 2011.

(como, por exemplo, setor de informática e eletrônicos) e a conseqüente baixa absorção de postos de trabalho como um dos fatores determinantes de sua classificação no 3º quartil, que aponta para uma estrutura industrial classificada como média-alta especialização.

Tabela 3 – Coeficiente de Especialização e Padrão Produtivo das Unidades Subnacionais do Brasil, 1996.

UF	CEi (1996)	Padrão da estrutura produtiva	Densidade e importância setorial no emprego do estado (1)	
São Paulo	0,136	Alta Diversificação	2.119.567 PTF	42,00%
Rio Grande do Sul	0,174	Alta Diversificação	485.420 PTF	9,62%
Paraná	0,251	Alta Diversificação	312.415 PTF	6,19%
Pernambuco	0,287	Alta Diversificação	124.730 PTF	2,47%
Minas Gerais	0,293	Alta Diversificação	503.491 PTF	9,98%
Santa Catarina	0,340	Alta Diversificação	340.065 PTF	6,74%
Rio de Janeiro	0,341	Alta Diversificação	398.546 PTF	7,90%
Bahia	0,355	Média-Baixa Diversificação	100.758 PTF	2,00%
Goiás	0,387	Média-Baixa Diversificação	79.631 PTF	1,58%
Paraíba	0,447	Média-Baixa Diversificação	39.331 PTF	0,78%
Amazonas	0,450	Média-Baixa Diversificação	59.283 PTF	1,17%
Ceará	0,476	Média-Baixa Diversificação	109.687 PTF	2,17%
Distrito Federal	0,502	Média-Baixa Diversificação	14.998 PTF	0,30%
Maranhão	0,518	Média-Baixa Diversificação	21.240 PTF	0,42%
Espírito Santo	0,523	Média-Alta Especialização	68.756 PTF	1,36%
Mato Grosso	0,538	Média-Alta Especialização	35.911 PTF	0,71%
Piauí	0,542	Média-Alta Especialização	14.086 PTF	0,28%
Mato Grosso do Sul	0,553	Média-Alta Especialização	25.840 PTF	0,51%
Sergipe	0,556	Média-Alta Especialização	18.516 PTF	0,37%
Alagoas	0,572	Média-Alta Especialização	61.840 PTF	1,23%
Rio Grande do Norte	0,581	Alta Especialização	39.289 PTF	0,78%
Pará (22o)	0,602	Alta Especialização	52.758 PTF	1,05%
Tocantins	0,638	Alta Especialização	2.731 PTF	0,05%
Rondônia	0,663	Alta Especialização	13.478 PTF	0,27%
Acre	0,664	Alta Especialização	1.519 PTF	0,03%
Roraima	0,665	Alta Especialização	692 PTF	0,01%
Amapá	0,741	Alta Especialização	2.198 PTF	0,04%

Fonte: PIA-Empresa/IBGE, 1996. Elaboração dos autores.

Nota: (1) PTF - Posto de Trabalho Formal

No 2º quartil predominam estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste, com exceção do Amazonas, tendo suas estruturas produtivas com padrões de média para baixa diversificação, em razão da presença de atividades industriais e da distribuição relativamente equilibrada do emprego entre os setores, com CEi situando-se entre 0,355 na Bahia e 0,518 no Maranhão. Em contrapartida, o 3º quartil exhibe estruturas produtivas de Média-Alta Especialização para estados de diferentes regiões e novamente o que diferencia esse grupo em relação ao anterior é

menos a importância relativa do trabalho e mais a forma como são distribuídos entre as diferentes atividades, onde o CEi varia entre 0,523 no estado do Espírito Santo e 0,572 em Alagoas.

No 4º e último quartil estão relacionadas às estruturas produtivas classificadas como Alta Especialização e as que exibem os maiores valores do CE, situado entre 0,581 para o estado do Rio Grande do Norte e 0,741 para o estado do Amapá. Com exceção da presença do estado do Rio Grande do Norte (e ausência do Amazonas), esse grupo reúne basicamente os estados do Norte, não por acaso a região com menor densidade industrial e mais baixa geração de empregos. Nessa situação, o peso recai sobre a condição da estrutura industrial como um todo que além de especializada, apresenta caráter precário, dimensão restrita e baixo encadeamento produtivo, o que explica a importância reduzida do emprego formal. Os estados com maior geração de postos formais de trabalho nessa região, Pará e Amazonas, são também as principais economias, mas que, no entanto, apresentam perfis industriais distintos. No estado do Pará, setor minero-metálico atua como principal vetor de crescimento e de aumentos de produtividade, enquanto que a indústria de alimentos e bebidas responde pela maior parcela de empregos gerados na indústria.

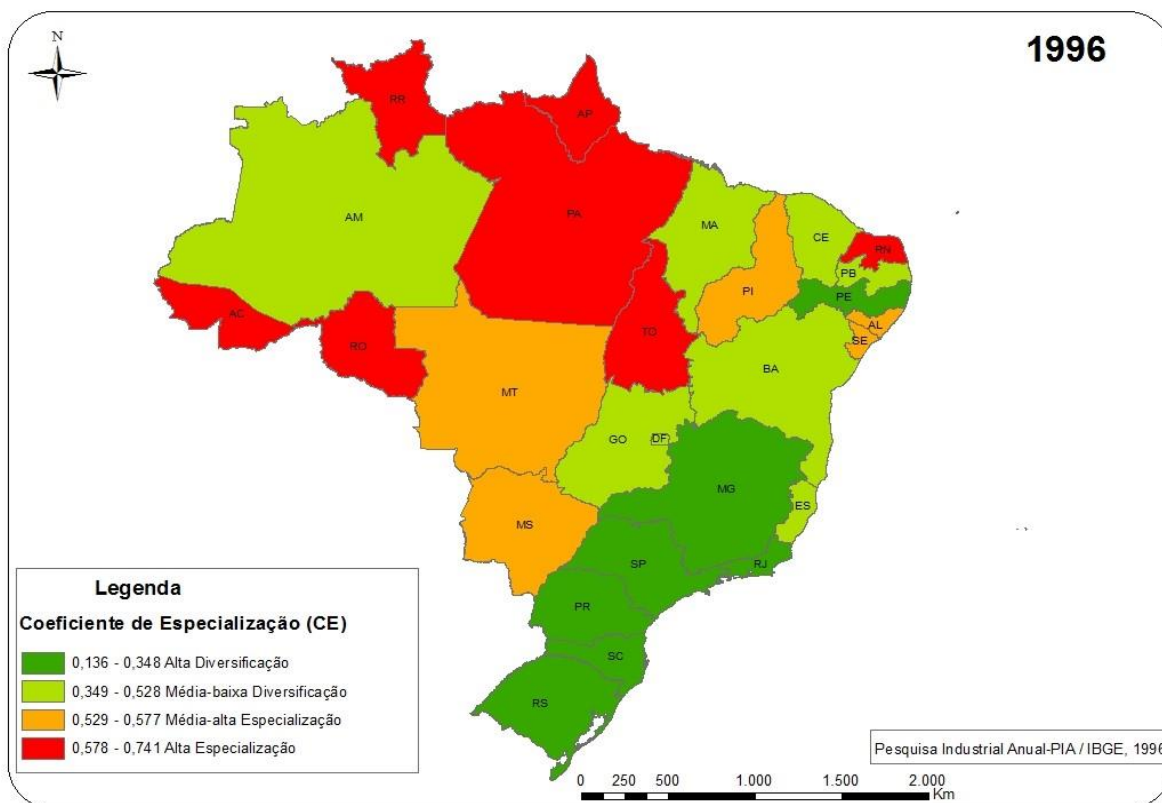
O estado do Amazonas, por outro lado, figura entre as estruturas produtivas de padrão Médio-Baixa Diversificação essencialmente por conta do polo industrial de Manaus. Essa estrutura produtiva, organizada em torno da ZFM, criada no final dos anos 1960 e consagrada no bojo das políticas desenvolvimentistas da época, foi instrumentalizada com uma série de incentivos fiscais especiais e tinha como finalidade integrar a Amazônia ao restante do país, alterando parcialmente a regionalização econômica e demográfica, pela instalação de indústrias do Departamento II da economia (bens de consumo duráveis ou linha branca de consumo). Atraídas pelos benefícios fiscais, empresas do segmento de eletroeletrônicos e de produtos de informática e comunicação passaram a constituir o principal núcleo do polo industrial do estado, o que em 1996 representava 45,02% dos postos formais de trabalho (COONEY; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2008).

Nos últimos 20 anos, o impacto da desindustrialização da economia brasileira sobre os diferentes espaços subnacionais causou alterações importantes nas estruturas produtivas especialmente naquelas com menor grau de industrialização, porém o que nos parece fundamental para a hipótese aqui defendida, se estabelece nas mudanças no padrão regional, sendo que as economias periférico-regionais passam a acomodar sua nova condição de base

reprodutiva de especialização primário-exportadora, com repercussões na dinâmica econômica do padrão nacional e enfraquecendo mais ainda os elos industriais mais diversificados.

A configuração espacial dos diferentes padrões produtivos (especialização e diversificação) no ano de 1996 pode ser visualizada no Mapa 1. Na comparação com 1996, os resultados do CEi para o ano de 2016 indicam que as estruturas produtivas do 1o quartil foram as menos afetadas pelo processo de mudança estrutural da economia brasileira, não obstante a queda na participação do emprego industrial, conforme se pode observar na Tabela 4. A exceção nesse conjunto fica por conta do estado do Rio de Janeiro, que ao assumir um padrão produtivo menos diversificado recuou para o 2o quartil, tendo sua posição original assumida pelo estado de Goiás. Isso é explicado em grande parte pela estrutura produtiva relativamente mais diversificada e densamente integrada dessas economias, o que corrobora com a hipótese levantada por Libânio (2012) de que os impactos decorrentes de maior inserção no comércio exterior, tenderiam a variar de acordo com o padrão de especialização produtiva e comercial dos diversos estados, sendo porém mais afetadas as estruturas produtivas que exibem maior grau de diversificação.

**Mapa 1 - Padrão produtivo das estruturas industriais subnacionais, determinado com base do Coeficiente de Especialização (CE), Brasil, 1996.**



Nota: Cálculo com base na variável Valor da Transformação Industrial (VTI). Elaboração própria.

No 3º quartil, destaca-se o estado do Maranhão que também oscilou negativamente de uma estrutura produtiva de Média-Baixa Diversificação para Média-Alta Especialização. A tendência à especialização regressiva também se observa nos estados do Espírito Santo, Paraíba e Pará. Em 1996 o estado do Pará registrava um valor de 0,602 para o CE, ocupando a 22ª posição no ranking desse indicador. Como resultado do processo regressivo de sua estrutura produtiva, em 2016, o Pará passou a exibir o maior valor do CE (0,677) entre as 27 unidades da federação.

Tabela 4 – Coeficiente de especialização e padrão produtivo das unidades subnacionais do Brasil, 2016.

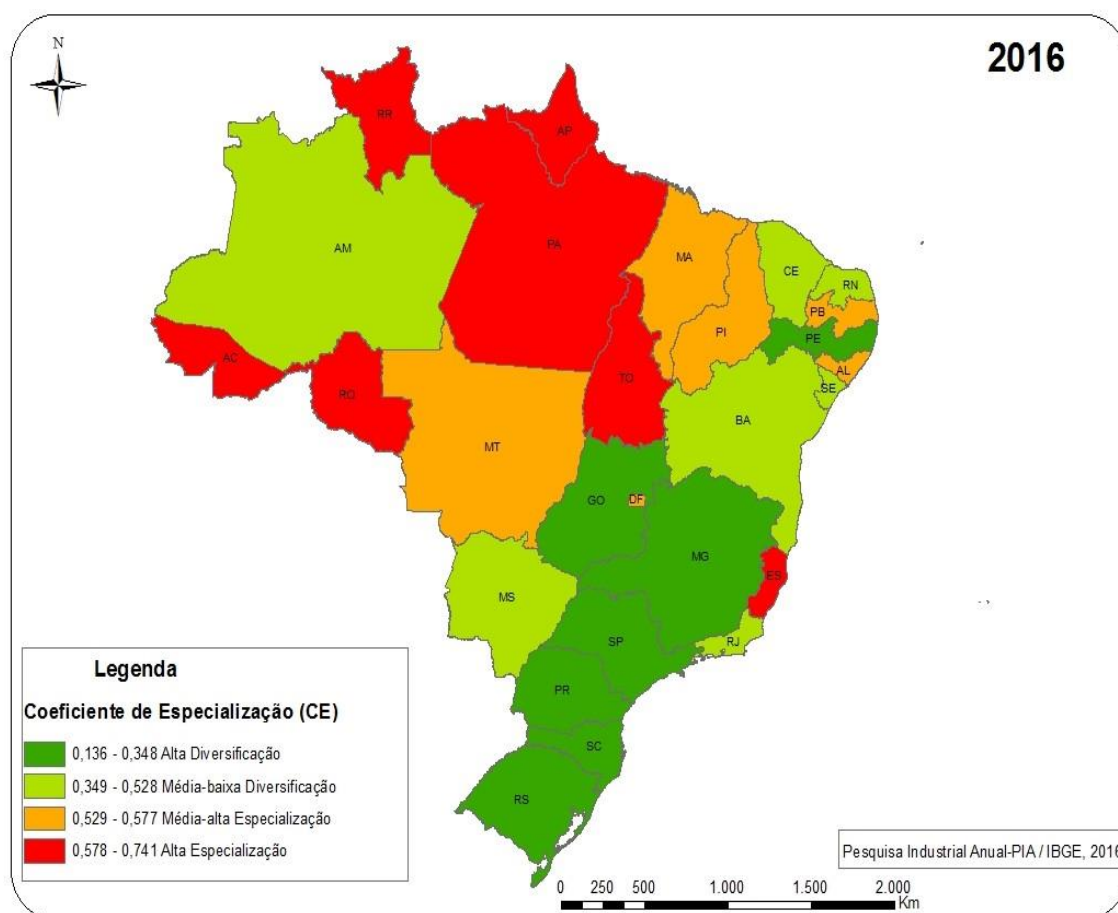
UF	CEi (2016)	Padrão da estrutura produtiva	Densidade e importância setorial no emprego do estado (1)	
São Paulo	0,160	Alta Diversificação	2.406.696 PTF	32,98%
Rio Grande do Sul	0,195	Alta Diversificação	640.136 PTF	8,77%
Pernambuco	0,228	Alta Diversificação	206.261 PTF	2,83%
Paraná	0,232	Alta Diversificação	622.588 PTF	8,53%
Minas Gerais	0,237	Alta Diversificação	791.331 PTF	10,85%
Santa Catarina	0,292	Alta Diversificação	638.575 PTF	8,75%
Goiás	0,314	Alta Diversificação	225.025 PTF	3,08%
Rio Grande do Norte	0,323	Média-Baixa Diversificação	63.028 PTF	0,86%
Bahia	0,328	Média-Baixa Diversificação	213.760 PTF	2,93%
Mato Grosso do Sul	0,379	Média-Baixa Diversificação	99.842 PTF	1,37%
Rio de Janeiro	0,384	Média-Baixa Diversificação	416.621 PTF	5,71%
Ceará	0,389	Média-Baixa Diversificação	223.367 PTF	3,06%
Amazonas	0,389	Média-Baixa Diversificação	92.419 PTF	1,27%
Sergipe	0,399	Média-Baixa Diversificação	43.010 PTF	0,59%
Piauí	0,430	Média-Alta Especialização	28.105 PTF	0,39%
Alagoas	0,448	Média-Alta Especialização	72.963 PTF	1,00%
Mato Grosso	0,473	Média-Alta Especialização	94.307 PTF	1,29%
Distrito Federal	0,475	Média-Alta Especialização	29.283 PTF	0,40%
Maranhão	0,480	Média-Alta Especialização	40.002 PTF	0,55%
Paraíba	0,500	Média-Alta Especialização	71.364 PTF	0,98%
Tocantins	0,525	Alta Especialização	16.021 PTF	0,22%
Espírito Santo	0,529	Alta Especialização	122.967 PTF	1,69%
Rondônia	0,592	Alta Especialização	32.799 PTF	0,45%
Acre	0,626	Alta Especialização	5.000 PTF	0,07%
Roraima	0,653	Alta Especialização	2.246 PTF	0,03%
Amapá	0,662	Alta Especialização	2.878 PTF	0,04%
Pará	0,677	Alta Especialização	96.089 PTF	1,32%

Fonte: PIA-Empresa/IBGE, 2016. Elaboração dos autores.

Nota: (1) PTF - Postos de Trabalho Formais.

Observa-se ainda que a escala do indicador também se altera, o que sinaliza uma regressão da estrutura nacional do país como um todo. Isso pode ser percebido, por exemplo, pela estrutura produtiva do estado de São Paulo, que mesmo possuindo maior padrão de diversificação, passa a exibir um maior valor para o CE. Assim, a condição de crescente especialização, estendida a um maior espaço territorial nacional (75% corresponde à baixa diversificação e elevada especialização) define que a lógica do padrão de reprodução de especialização produtiva aos poucos se estende por todo território, produzindo, porém dois efeitos combinados: gera uma crescente perda de participação do emprego industrial com baixa formalização empregatícia; por outro, fortalece em alguns pontos do território, lógicas de hiperespecialização, como é o caso dos estados da Amazônia oriental (Pará e Amapá). O Mapa 2 apresenta uma perspectiva da configuração dos padrões produtivos regionais subnacionais para o ano de 2016.

**Mapa 2 - Padrão produtivo das estruturas industriais subnacionais, determinado com base do Coeficiente de Especialização (CE), Brasil, 2016.**



Nota: Cálculo com base na variável Valor da Transformação Industrial (VTI). Elaboração própria.



Por outro lado, essa dinâmica traduz finalidades reprodutivas específicas atreladas a determinadas necessidades de acumulação (OSÓRIO, 2012b; BAMBIRRA, 2013), que em termos histórico-estruturais, condiciona as mudanças econômicas qualitativas (ou progressivas) e a incorporação de estratos sociais, marginalizados pela distribuição irregular dos ganhos de produtividade (FURTADO, 2000a; 2000b).

Como complemento à análise do CEi, a estrutura produtiva pode ser avaliada em termos de composição setorial e de concentração das atividades industriais, por meio do Quociente de Localização (QLik). Esse indicador avalia a concentração relativa de uma determinada indústria (ou setor) em uma unidade territorial, neste caso os estados, comparativamente quanto à participação desta mesma indústria no espaço de referência, neste caso o Brasil. Assim, um QL elevado em determinada atividade de uma unidade territorial indica o nível de concentração da estrutura produtiva regional/local naquela indústria<sup>10</sup>.

As Tabelas 5 e 6 exibem os estados com maior concentração do VTI por atividade econômica, relacionando a média nacional do QL e o maior valor desse indicador em cada setor para os anos de 1996 e 2016, respectivamente. Os resultados mostram que os estados com estruturas produtivas especializadas tendem a se concentrar em setores intensivos em recursos naturais e indústrias tradicionais de baixa intensidade tecnológica. Por outro lado, as unidades subnacionais com estruturas produtivas diversificadas, têm suas atividades mais bem distribuídas entre os setores da economia ou mesmo especializando-se em atividades de maior intensidade tecnológica, como parece ser o caso de Rio Grande Sul, Paraná e Santa Catarina.

Tabela 5 - Média nacional e valor do QL da unidade subnacional com maior concentração de VTI, por setor de atividade econômica, 1996.

Média nacional QL (1996)		UF_Maior QL	QL (1996)	Padrão produtivo
1 Petróleo e gás natural	1,016	Rio G. do Norte	10,209	Alta Especialização
2 Ext. minerais metálicos	3,167	Amapá	35,806	Alta Especialização
3 Ext. minerais não-metálicos	2,129	Rio G. do Norte	11,522	Alta Especialização
4 Alimentos e bebidas	1,760	Mato G. do Sul	3,670	Média-Alta Especialização
5 Têxtil, couro e calçados	1,225	Ceará	5,403	Média-Baixa Diversificação
6 Produtos de madeira	4,122	Rondônia	47,593	Alta Especialização
7 Celulose e papel	0,839	Amapá	6,722	Alta Especialização
8 Produtos químicos	0,642	Bahia	2,822	Média-Baixa Diversificação

<sup>10</sup> O valor do QL não possui intervalo de referência, podendo assumir valores maiores ou iguais a zero. No entanto, para Delgado e Godinho (2011), um QL maior que 1 (um) em dado setor, indica que a unidade territorial é relativamente especializada nesse setor e, inversamente, não será considerada especializada se o valor do QL for menor que um. Alternativamente, se os resultados do QL forem muito elevados pode-se utilizar o valor médio como referência.

9 Borracha e material plástico	0,596	Acre	2,995	Alta Especialização
10 Fab. min. não-metálicos	1,894	Tocantins	6,297	Alta Especialização
11 Metalurgia	1,021	Maranhão	9,298	Média-Baixa Diversificação
12 Produtos de metal	0,588	Tocantins	1,780	Alta Especialização
13 Maquinas e equipamentos	0,397	Santa Catarina	2,219	Alta Diversificação
14 Eletrônica e eletrônicos	0,462	Amazonas	5,984	Média-Baixa Diversificação
15 Veículos automotores	0,222	Minas Gerais	1,629	Alta Diversificação
16 Outros equip. transporte	0,609	Amazonas	9,265	Média-Baixa Diversificação
17 Moveis e produtos diversos	0,914	Distrito Federal	3,600	Média-Baixa Diversificação

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em PIA-Empresa/IBGE (2016).

Nos estados com estruturas produtivas mais especializadas sobressaem atividades, em geral, primárias, que atendem a finalidades específicas no contexto de uma divisão nacional e internacional do trabalho. Em todos os estados, os indicadores revelam não apenas um processo histórico e desigual de expansão da economia, mas principalmente a conformação de padrões reprodutivos específicos que claramente exibem o perfil econômico de cada região e estado brasileiro.

Na Tabela 5, referente ao ano de 1996, destaca-se positivamente a concentração de indústrias de maior intensidade tecnológica nos estados de Minas Gerais (fabricação de veículos automotores), Santa Catarina (fabricação de máquinas e equipamentos), além do Amazonas (eletroeletrônicos). Do ponto de vista espacial, a localização dessas estruturas intensivas em tecnologias muda muito pouco para o ano de 2016 (Tabela 6), com o estado do Rio Grande do Sul assumindo a liderança na produção de máquinas e equipamentos e produtos de metal, enquanto o estado do Paraná passa a concentrar a fabricação de veículos automotores. Por outro lado, na região Norte, o estado do Pará acentua sua presença na produção de minerais metálicos, enquanto o estado do Amapá se especializa na fabricação de produtos de madeira.

Tabela 6 - Média nacional e valor do QL da unidade subnacional com maior concentração de VTI, por setor de atividade econômica, 2016.

Média nacional QL (2016)		UF - Maior QL	QL (2016)	Padrão produtivo
1 Petróleo e gás natural	0,945	Sergipe	6,946	Média-Alta Especialização
2 Ext. minerais metálicos	0,855	Pará	12,746	Alta Especialização
3 Ext. minerais não-metálicos	1,774	Rio G. do Norte	9,626	Média-Baixa Diversificação
4 Alimentos e bebidas	1,553	Acre	3,465	Alta Especialização
5 Têxtil, couro e calçados	1,235	Paraíba	7,157	Média-Alta Especialização
6 Produtos de madeira	4,632	Amapá	61,457	Alta Especialização
7 Celulose e papel	0,956	Maranhão	7,709	Média-Alta Especialização
8 Produtos químicos	0,654	Bahia	2,258	Média-Baixa Diversificação
9 Borracha e material plástico	0,604	Bahia	1,660	Média-Baixa Diversificação
10 Fab. min. não-metálicos	1,944	Distrito Federal	6,620	Média-Alta Especialização
11 Metalurgia	0,790	Maranhão	4,636	Média-Alta Especialização

12 Produtos de metal	0,783	Rio G. do Sul	1,862	Alta Diversificação
13 Maquinas e equipamentos	0,508	Rio G. do Sul	1,818	Alta Diversificação
14 Eletrônica e eletrônicos	0,598	Amazonas	6,385	Média-Baixa Diversificação
15 Veículos automotores	0,387	Paraná	1,984	Alta Diversificação
16 Outros equip. transporte	0,564	Amazonas	5,384	Média-Baixa Diversificação
17 Moveis e produtos diversos	0,909	Mato G. do Sul	4,741	Média-Baixa Diversificação

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em PIA-Empresa/IBGE (2016).

A despeito do caráter induzido ou espontâneo com o qual o capital se estabeleceu em cada um desses espaços econômicos, especialmente a partir da década de 1960, as transformações da estrutura produtiva, decorrentes e inerentes a esse processo, resultaram em uma profunda diferenciação econômica e social do território nacional.

A desconcentração, verificada a partir dos anos 1970 e enfatizada em alguns trabalhos (CANO, 2008), na verdade, manifestou-se, de acordo com estudo de Pacheco (1998, p. 226), “mais sob a forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional, do que no crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços econômicos da nação” [grifos nossos]. Contudo, nos parece que Pacheco (1998) não considerou na sua análise que o espaço econômico capitalista se estabelece historicamente com base em desenvolvimento desigual e, mais do que isso, o estabelecimento de um padrão periférico inter-regional conforma uma necessidade preeminente em economias dependentes como a brasileira. Assim, para além de uma “fragmentação” o que se tem é um mosaico de desigualdades regionais e que apesar disso, tem evoluído ao longo das últimas duas décadas (1996/2016) no aprofundamento da especialização produtiva e de perda de diversidade industrial.

Com efeito, entende-se que a forma de encarar essa questão perpassa os movimentos de concentração e fragmentação, pois sendo estes resultados da readequação ou reorganização da produção, seus determinantes encontram-se na lógica assumida pela acumulação reprodutiva em determinado período. É essa diretiva que explica, no atual contexto econômico, a regressão das estruturas industriais e a sua contra face, a crescente especialização das economias periférico-regionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se verificou, a trajetória econômica recente do Brasil e no geral dos países da América Latina aponta para uma posição muito distinta daquela prevalecente durante a fase de crescimento para dentro e que ousou estabelecer as bases de um padrão reprodutivo industrial periférico. A transição das economias da periferia do capitalismo para um novo ciclo de acumulação, a partir dos anos 1980, ensejou uma série de ajustes econômicos orientados para

o mercado externo, envolvendo abertura financeira e comercial e uma nova estratégia de inserção na economia internacional, com impactos diretos sobre as estruturas produtivas das economias nacionais e subnacionais. Submetidas a intensas mudanças tecnológicas e a novas relações econômicas, as economias nacionais e subnacionais tiveram suas bases produtivas reestruturadas, o que veio a configurar uma regressão em suas estruturas industriais, fenômeno que tem sido amplamente discutido no Brasil nos termos de uma desindustrialização da economia.

Numa primeira aproximação com base na teoria da dependência e na construção teórica de um padrão de reprodução do capital de especialização primária, condicionado por observações empíricas desenvolvidas a partir do instrumental de estatística descritiva utilizada (Coeficiente de Especialização e Quociente de Localização), chegamos a conclusão que o mosaico de desigualdades regionais próprio da formação estrutural da economia periférica brasileira, tem evoluído ao longo das últimas duas décadas (1996/2016) para o aprofundamento da especialização produtiva e de perda de diversidade industrial, conformando um quadro que aprofunda seu caráter periférico e estabelece uma crescente especialização primário-exportadora centrada no agronegócio e no extrativismo minero-metálico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, N.; ARAÚJO, P. S. The Pattern of Capital Reproduction in Brazil. *World Review of Political Economy*, v. 6, n. 3, 2015.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Censo 2006 de Capitais Estrangeiros no País - Ano-base: 2005. Disponível em: <https://goo.gl/wCJsX7>, último acesso: 23/03/2018.
- BOLINAGA, L.; SLIPAK, A. El Consenso de Beijing y la reprimarización productiva de América Latina: el caso argentino. *Revista Problemas del Desarrollo*, v.183, n. 46, oct./ dic./ 2015.
- CARNEIRO, R. M. Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina. *Série macroeconomía del desarrollo*, n. 117. CEPAL, Santiago, enero/2012.
- CARNEIRO, R. M. Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002.
- CARNEIRO, R. M. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. Campinas: IE/Unicamp, 2008. (Texto para Discussão, n. 153).
- CARNEIRO, R. M. Navegando a contravento (Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff). Campinas: IE/Unicamp, mar. 2017. (Texto para Discussão, n. 289).
- COONEY, P. OLIVEIRA, W. P.; ALMEIDA, L. M. O Polo Industrial de Manaus como estratégia de desenvolvimento da Amazônia. *In: RIVERO, S. JAYME JR., F. G. (Org.). As Amazônias do Século XXI*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 231-259.
- COUTINHO, L. A Especialização Regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. *In: VELLOSO, J. P. R. Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997. p. 81-106.

DELGADO, A. P.; GODINHO, I. M. Medidas de Localização das Actividades e de Especialização Regional. *In*: COSTA, J. S.; DENTINHO, T. P.; NIJKAMP, P. (coord.). *Compêndio de economia regional: métodos e técnicas de análise regional (V. II)*. Cascais: Principia, 2011. p. 15-35.

FILGUEIRAS, L. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. *In*: CASTRO, I. S. B. *Novas interpretações desenvolvimentistas*. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 371-450.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. (rev.). Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000b.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz & Terra, 2000a.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 (1998) (2002).

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. *In*: HADDAD, P. R.; FERREIRA, C. (org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. p. 225-247.

HIRSCHMAN, A. O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

ISARD, W. *Methods of regional analysis: an introduction to regional science*. Cambridge: MIT Press, 1960.

KRUGMAN, P. *Geography and trade*. Cambridge-MA: MIT press, 1991.

MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. Superexploração do Trabalho e Acumulação de Capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 121-138, dez., 1999. Disponível em: <http://www.sep.org.br/revista/download?id=65>.

MIDELFART-KNARVIK, K. H.; OVERMAN, H. G.; REDDING, S. J.; VENABLES, A. J. The location of European industry. *Economics Papers*, n. 142, European Commission, 2000.

MOLLO, M. L. L.; AMADO, A. M. *Desenvolvimento *hacia fuera* e desenvolvimento *hacia dentro*: erros e acertos da política econômica brasileira*. Brasília: UNB, novembro 2010. (Série Textos para Discussão, n. 334).

MONASTÉRIO, L. Indicadores de análise regional e espacial. *In*: CRUZ, Bruno de Oliveira. (org.). *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2011. Cap. 10. p. 315-331.

OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. *In*: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). *Padrões de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, J. *O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo (SP), Boitempo: 2012.
- PACHECO, C. A. Fragmentação da nação. Campinas: Unicamp; IE, 1998.
- PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.
- PREBISCH, Raul. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1964.
- PREBISCH, Raul. O manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Organização de Adolfo Gurrieri; Prefácio de Ricardo Bielschowsky. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
- TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972 (1976) (1982) (1983).
- UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION - UNIDO. Industrial Development Global Report. New York: ONU, 1997.